

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RECIPROCIDADE

Eric Sabourin

RESUMO

A partir de uma breve exposição dos princípios da teoria da reciprocidade em antropologia econômica, o artigo propõe uma crítica da leitura das relações sociais e econômicas pela única lente do princípio da troca mercantil. Essa visão nega a existência estruturante de relações de reciprocidade em vários setores da atividade econômica, incluindo o mundo rural brasileiro, focalizado neste texto. A concepção, elaboração, implementação e avaliação das políticas de desenvolvimento rural estão também formatadas e limitadas por uma leitura exclusiva do desenvolvimento a partir do princípio da troca. Este pensamento único se aplica também ao exercício crítico pela economia política que, ignorando a economia de reciprocidade, considera apenas a alienação do sistema de trocas econômicas de mercado, quer dizer, a exploração capitalista. Passa assim despercebida a força das formas de alienação específicas às relações de reciprocidade (em particular a opressão paternalista), que se aplicam no marco de sistemas mistos, associando práticas de troca e de reciprocidade, como é o caso no Brasil.

Palavras-chave: reciprocidade, troca, políticas públicas, território, desenvolvimento rural

PUBLIC POLICIES OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND RECIPROCITY

ABSTRACT

From a brief statement of the principles of the theory of reciprocity in economic anthropology, this paper proposes a critical reading of the social and economic relations through the prism of market exchange. This view denies the existence of structuring relationships of reciprocity in many economic activities sectors, including the case of rural Brazil which we focus on in this article. The design, development, implementation and evaluation of public policies for rural development are also constrained and formatted by an exclusive reading of development processes based on the principle of exchange. This only thought also applies to the critics of the system by political economy: ignoring the economics of reciprocity it considers only the alienation of the market exchange system, namely the capitalist exploitation. The strength of alienation forms specific to reciprocity (particularly paternalistic oppression) is thus forgotten. These specific forms exist, for instance in Brazil, where the situation corresponds to a mixed system which combines exchange practices and practices of reciprocity.

Key words: Reciprocity, exchange, public policies, territory, rural development

Eric Sabourin. CIRAD, departamento Environnement et Sociétés, Unité Mixte de Recherche “Art-DEV”
TA 113/C, 73 Rue J. F. Breton, 34398 Montpellier cedex 5, França, sabourin@cirad.fr
Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, CDS\UnB, Professor Visitante.

INTRODUÇÃO

O artigo trata dos aportes da teoria da reciprocidade para a leitura e a elaboração das políticas públicas de desenvolvimento rural.

A partir de uma breve exposição dos princípios da teoria da reciprocidade em antropologia econômica, proponho uma crítica da leitura das relações sociais e econômicas pela única lente do princípio da troca mercantil. Essa visão nega a existência estruturante de relações de reciprocidade que não revelam a lógica da troca, no mundo rural brasileiro, entre outros. Como consequência, a concepção, elaboração, implementação e avaliação das políticas de desenvolvimento rural, estão também formatadas e limitadas por uma leitura exclusiva do desenvolvimento a partir do princípio da troca, quando não da única troca mercantil.

O objetivo do texto é, portanto, propor elementos complementares para pensar as políticas e os instrumentos de desenvolvimento rural em situações que qualifico de mistas, quer dizer, situações associando práticas ou lógicas de troca e práticas ou lógicas de reciprocidade.

Um primeiro campo de aplicação tem a ver com as políticas dedicadas às agriculturas familiares e camponesas, pois essas categorias oferecem situações características de sistemas sociais e econômicos mistos. Trata-se também dos instrumentos de gestão dos recursos comuns e dos territórios locais.

A abordagem metodológica associa uma reflexão teórica, que aqui será apenas resumida, e a evocação breve de alguns resultados de um trabalho empírico no tempo longo, mediante o acompanhamento dos processos de elaboração e aplicação de diversas políticas públicas de desenvolvimento rural, no Brasil, como em outros países (SAUBORIN, 2009, 2011a).

O texto é dividido em três partes: i) a apresentação do referencial da teoria da reciprocidade; ii) a contribuição da teoria da reciprocidade para a análise das políticas públicas, considerando a questão da agricultura familiar e camponesa; iii) ensinamentos e perspectivas para pensar políticas públicas alternativas. Finalmente, como consideração final, é esboçada a questão da crítica da alienação na aplicação das políticas.

1. ANTECEDENTES E REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. O QUE ENTENDEMOS POR RECIPROCIDADE?

Reciprocidade é sinônimo de solidariedade (dependência mútua, fato de ser solidário) ou de mutualidade. Em etnologia e antropologia, a reciprocidade designou, por muito tempo, as prestações mútuas de alimentos, de bens e de serviços entre pessoas ou entre grupos, em particular, nas sociedades indígenas e camponesas (MAUSS, 1924). Lévi-Strauss (1949) propôs um princípio de reciprocidade governando o conjunto das relações e estruturas de parentesco. Do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde, portanto, a um ato reflexivo entre sujeitos e não apenas a uma simples permuta de bens ou de objetos, como pode ser, ao limite, o caso da troca.

Nos últimos anos, a sociologia se interessou pouco pela noção de reciprocidade, talvez por causa da universalização das relações de troca, sob sua forma material ou também simbólica (BOURDIEU, 1994). Pelo tanto, em oposição à naturalização das relações de

troca, os sociólogos antiutilitaristas, reabilitaram a dádiva (CAILLÉ, 1994; GODBOUT, 2000) que foi inclusive proposta como um terceiro paradigma, face ao individualismo e ao holismo (CAILLÉ, 2001). É, provavelmente, porque a dádiva se entende mais facilmente como um princípio oposto ao da troca. De fato, a reciprocidade, se sua definição permanece confinada à figura da dádiva/contra dádiva, é frequentemente confundida com uma troca simétrica. Entretanto, o grande mérito do renascimento dos trabalhos sobre a dádiva, em particular mediante o Movimento Anti-Utilitarista em Ciências Sociais, o MAUSS, terá sido institucionalizar uma reflexão crítica sobre a naturalização da troca¹. Colocando em evidência a importância da reciprocidade das dádivas (a reciprocidade positiva), vários trabalhos fizeram emergir a necessidade de uma reflexão centrada sobre a reciprocidade em torno de uma teoria da dádiva, em particular com vários trabalhos recentes no Brasil (MARTINS, 2002; MARTINS e CAMPOS, 2006). Paralelamente à renovação das pesquisas sobre o dom moderno, a antropologia e a sociologia econômica, em particular a partir dos trabalhos de Mauss e de Polanyi (1944, 1957), continuaram a trabalhar a noção de reciprocidade. Ela foi assim aplicada às relações de sociabilidade privada ou de sociabilidade primária (CAILLÉ, 2001; MARTINS, 2002) e às prestações da economia chamada de não mercantil (LAVILLE, 2000). No Brasil, a reciprocidade como princípio ou categoria econômica, foi reabilitada recentemente a partir dos trabalhos referentes à economia solidária (MARTINS e NUNES FERREIRA, 2004; CASTEL, 2006) e a partir de pesquisas no mundo rural (OLIVEIRA &

DUQUE, 2004; MENEZES, 2006, RADOMSKY & SCHNEIDER, 2007; GODOI, 2009; SABOURIN, 1999, 2004, 2006, 2009).

1.2. PARA UMA TEORIA DA RECIPROCIDADE

O primeiro elemento próprio à teoria da reciprocidade envolve a definição do conceito do ponto de vista sócio antropológico. O *princípio de reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contra dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos*. O reducionismo da definição, que por muito tempo prevaleceu e ainda prevalece às vezes na antropologia, conduz, de fato, a uma confusão entre troca simétrica e reciprocidade. Esse impasse persiste enquanto a reciprocidade for interpretada com a lógica binária que convém à troca. A troca, explica Chabal (1996), pode se reduzir, no limite, a uma permuta de objetos. Temple e Chabal (1995) propõem recorrer à lógica ternária de Lupasco (1951), a qual faz aparecer um Terceiro incluído na relação de reciprocidade. Permite, assim, interpretá-lo como o ser dessa relação e dar conta dela ou interpretá-la como a estrutura originária da intersubjetividade, irreduzível à troca de bens ou de serviços que libera do laço social ou da dívida. Do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, portanto, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, como havia identificado Polanyi (1944, 1957), mas um princípio oposto ao da troca ou mesmo antagonista da troca.

O segundo elemento da teoria, e que participa do seu caráter universal, é *que a reciprocidade pode recobrir várias formas*. De forma geral, a antropologia e a etnologia consagraram

1. Revue du Mauss Semestrielle: www.revudumauss.org; Jornal do Mauss iberolatinoamericano : www.

sob essa terminologia apenas a reciprocidade das dádivas: oferendas, partilhas, prestações totais, *potlatch* que constituem o que Temple e Chabal (1995) designam pela *forma positiva* da reciprocidade. Mas existe, igualmente, uma forma de *reciprocidade negativa*, a dos ciclos de vingança. Diferentemente da troca, cujo desenvolvimento ou extensão é associado à lógica de concorrência e de acumulação pelo lucro, a lógica da vingança está ligada a uma dialética da honra como a da dádiva está ligada a uma dialética do prestígio. Contudo, a sede de prestígio (fonte de autoridade, e, portanto de poder, nas sociedades de reciprocidade) motiva o crescimento da dádiva “*mais eu dou, mais eu sou*”. Entre as expressões extremas das formas negativas e positivas da reciprocidade, as sociedades estabeleceram, então, diversas formas intermediárias. Trata-se, em particular, de controlar o crescimento da dádiva, a ostentação, o *potlatch*, a dádiva agonística que destruam e submetam o outro mediante o prestígio.

Em terceiro lugar, *as relações de reciprocidade podem ser analisadas em termos de estruturas*, no sentido antropológico. Assim se declinam segundo algumas estruturas elementares, tais que elas foram propostas inicialmente por Mauss (1924), Lévi-Strauss (1949), Temple (1998) ou Anspach (2002). Essas relações de reciprocidade estruturadas sob sua forma simétrica geram valores éticos: a relação de reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a justiça. Assim, outros tipos de relação em outras estruturas podem produzir outros valores específicos. Esse elemento constitui, sem dúvidas, a parte mais complexa da teoria da reciprocidade proposta por Temple e Chabal (1995). É o aspecto mais difícil de validar,

visto que ele envolve não somente a produção de bens materiais, mas também a produção de sentimentos e de valores humanos. É também o elemento mais original e interessante da teoria, aquele que oferece a possibilidade de análises e de propostas alternativas em matéria de economia humana.

O quarto elemento da teoria envolve os *diferentes níveis do princípio de reciprocidade e os modos que lhe são específicos*. Existem três planos ou níveis de reciprocidade: o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações) (Temple, 1997, 2003).

Para resumir, existem várias *estruturas fundamentais de reciprocidade*, nas quais as relações geram sentimentos diferentes e, portanto, valores diferentes. Existem, igualmente, várias *formas* de reciprocidade que lhe conferem imaginários diferentes. O sentimento do ser originário pode ser capturado no imaginário do prestígio ou no da vingança, dando lugar a formas de reciprocidade positivas, negativas e simétricas. Estruturas, níveis, formas se articulam para configurar sistemas de reciprocidade.

Convém definir os limites da teoria da reciprocidade. Ela não nega a existência do princípio de troca, do ponto de vista econômico ou social, nem está propondo uma substituição sistemática das relações de troca por relações de reciprocidade. Apenas chama para uma dupla leitura. Pois, cada uma dessas lógicas, podendo ser averiguada nos fatos, podem prevalecer-se de vantagens respectivas e, principalmente, de conquistas, dentre as quais algumas são, sem dúvida, irreversíveis. Assim como o indica Temple (1997, p.107) o reconhecimento científico e público da economia da reciprocidade permite delimitar uma articulação ou uma interface de sistema entre sistemas de troca e sistemas de reciprocidade. Este recon-

hecimento abre espaço para um debate entre os partidários de uma ou outra lógica. Tal debate permitiria tratar da natureza das organizações, da delegação do poder, das normas e princípios de gestão dos bens comuns ou públicos e, mais especificamente, dos valores que devem orientar ou fundar os projetos de desenvolvimento econômico e social. Sem interface, o equívoco entre a natureza das lógicas de reciprocidade e de troca funciona para o exclusivo benefício da lógica da troca para a acumulação privada. Enquanto a economia política só reconhecer uma única lógica econômica, a da livre-troca, o pensamento único reinará, mesmo se escondido, atrás de várias escolas ou teorias ditas “heterodoxas”.

2. CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DA RECIPROCIDADE PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. TEORIA DA RECIPROCIDADE E QUESTÃO CAMPONESA

Não pretendo reduzir a análise e deixar parecer que os sistemas familiares ou camponeses sejam inevitavelmente assimilados a sistemas de reciprocidade, ou vice-versa. Apenas tratei de resgatar quanto certas práticas sociais e econômicas recorrentes nas sociedades indígenas, camponesas ou assimiladas não correspondem a relações de troca (e ainda menos de troca mercantil). No entanto, podem ser muito bem analisadas e explicadas como sendo relações de reciprocidade. É, primeiro, o caso das relações de reciprocidade no plano do real. Elas existem ao nível das relações de parentesco, na família e na comunidade, e em particular mediante o compadrio, relação de aliança que representa

uma extensão do parentesco, além da filiação e do laço de sangue.

Quanto à produção agropecuária, ela apresenta geralmente duas estruturas bilaterais simétricas simples: i) o face a face na ajuda mútua e, ii) a partilha no caso do manejo de recursos comuns e, uma estrutura de reciprocidade ternária unilateral: a transmissão entre gerações de patrimônio, valores e saberes.

No caso da sua articulação com os mercados, a agricultura familiar e camponesa associa relações de reciprocidade e relações de troca. Nas prestações de redistribuição direta de alimentos (autoconsumo, dádivas mútuas aos parentes, vizinhos e próximos) a relação de reciprocidade domina a lógica de troca. Nas prestações de redistribuição indireta para a comunidade regional, por meio dos mercados de proximidade e das cadeias curtas (venda direta na propriedade ou nas feiras, venda por meio de cooperativas de consumidores, etc) a tensão sempre pode oscilar entre a lógica da reciprocidade (a relação humana pessoalizada entre agricultor e consumidor) e a lógica da troca mercantil (obter o preço máximo pelo menor serviço).

Mas, no plano do simbólico, ou naquele do imaginário, poderiam também ser mencionadas as relações de reciprocidade entre o camponês e a natureza. A particularidade da agricultura reside no trabalho agrícola que corresponde a uma relação íntima entre o agricultor e outros seres vivos (terra, solo, plantas, animais), mobilizando elementos do ciclo da natureza: sol, chuva, vento, neve, etc (BÉGUIN *et al*, 2011).

A inovação na agricultura, em particular por meio da mecanização, motorização e pelo uso de insumos químicos e alimentos do gado industrializados, tem contribuído para modi-

ficar de maneira considerável as técnicas, as práticas e os gestos dos agricultores, tanto no plano material como simbólico, com uma profunda transformação do imaginário. Passou-se de rituais específicos, dedicados a preservar ou solicitar a bondade e a fertilidade dos elementos numa relação íntima de aliança com a natureza (reza, canções, festas, etc.), a novos rituais tecnológicos destinados a controlar, dominar e reduzir os efeitos da natureza (consulta meteorológica por internet, inseminação artificial e transferência de embriões, sementes transgênicas, trator assistido por satélite e GPS...).

Ainda existe um vasto campo de pesquisa pela frente para identificar e analisar como se manifesta hoje a relação dos agricultores com o meio vivo, em particular mediante a matriz humana fundadora de três estruturas elementares de reciprocidade:

- A relação binária de interdependência entre o agricultor e a terra/clima/meio vivo;
- A relação binária de partilha de parcelas dessa terra e dos seus recursos (limitados) com outros seres vivos : plantas, animais e, supostamente, outros seres humanos: usuários ou consumidores da terra, do espaço rural, dos seus recursos e produtos;
- A relação ternária de transmissão de um patrimônio natural para as gerações futuras e das normas de preservação ou de valorização desse patrimônio.

2.2. AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS COMO “SISTEMAS MISTOS”

Minhas pesquisas consideram a aplicação da teoria da reciprocidade em sistemas mistos, mais particularmente no âmbito das comunidades rurais e da agricultura familiar onde as relações de reciprocidade e de troca coexistem.

Os sistemas mistos podem ser declinados em termos de formas de articulação entre lógicas de troca e lógicas de reciprocidade. Podemos encontrar três principais tipos de relação entre as duas lógicas:

- i. *Justaposição de mundos paralelos*: as práticas de troca e de reciprocidade coexistem sem se misturar, ou até ignorando-se;
- ii. *Complementaridade reversível*: as práticas de troca e de reciprocidade, sendo reconhecidas como diferenciadas, os atores as articulam de maneira complementar na base de uma interface. Se esta deixar de funcionar, volta-se ao tipo anterior;
- iii. *Contradição entre lógicas de troca e de reciprocidade com dois tipos de consequência*: paralisia mútua das duas lógicas, ou domínio de uma sobre a outra.

Portanto, a coexistência pode existir de maneira paralela e separada; pode dar lugar a tensões por conta do antagonismo entre os dois sistemas econômicos; pode ser também, de forma complementar, quando existe uma interface de sistema que permite articular as práticas de reciprocidade com as práticas de troca, sem que uma destrua a outra.

De fato, a contribuição da teoria da reciprocidade para a análise das agriculturas familiares e camponesas se situa primeiro no plano epistêmico, sem hipotecar da natureza das prestações e relações plurais que correspondem a essas formas típicas de sistemas mistos.

Por isso, deve-se ter o cuidado de não encerrar as categorias como *agricultura camponesa*, ou *agricultura familiar* dentro de guetos, como nota Ploeg (2008), a propósito de certas tendências dos Peasant studies. Mas, mesmo se o universo camponês foi reduzido,

em particular nos países do Norte, sua diversidade e sua herança, essenciais para o futuro do planeta, confeririam-lhe uma importância humana e, portanto, heurística, para as ciências sociais.

A noção de sistemas mistos é explicativa. Os agricultores familiares que pertencem geralmente a esse tipo de configuração, se revelam mais prolixos quando constatarem que nos interesses por coisas que, para eles, têm sentido e importância. É essencial não entrar em julgamentos de valor entre uma lógica e outra. Precisa, pelo contrário, explicitar as diferenças de natureza entre os dois sistemas, mas também as diversas configurações intermediárias que podem existir entre a polaridade da troca e a da reciprocidade.

Estamos falando de representações teóricas e, antes de tudo, de ferramentas de análise. Por suposto não vamos perguntar aos agricultores ou a outros atores sociais de quais estruturas elementares de reciprocidade eles participam. Em compensação, fazendo as perguntas certas a partir de hipóteses construídas pela observação, torna-se possível identificar essas relações, os valores materiais e éticos específicos que elas geram e os projetos humanos que elas subentendem. Daí pode-se deduzir se tal ou tal relação ou prestação revela uma estrutura de reciprocidade ou não, e de que natureza.

Para analisar essas situações de interface, as contradições ou as articulações possíveis, é preciso compreender e, portanto, estudar como funcionam os mercados, as redes, as decisões políticas, os programas de desenvolvimento, mas, também, as unidades familiares e as organizações dos agricultores. Da mesma forma, ao nível das unidades familiares, trata-se de compreender os sistemas de parentesco, as

representações e o funcionamento dos sistemas técnicos de produção e de gestão dos recursos naturais.

2.3. RECIPROCIDADE E ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dito isto, as dificuldades concretas das comunidades e das organizações rurais se situam, sobretudo, nessa articulação difícil com o mundo da troca mercantil. A interface de sistemas pode ser imposta pela própria comunidade, se ela for suficientemente forte para manter vivas as regras de reciprocidade no seu seio e com o seu entorno. Ainda é, às vezes, o caso na África, na Oceania, na Amazônia ou nos Andes. Mas, geralmente no marco da extensão e valorização quase exclusiva do individualismo liberal e da lógica mercantil, o confronto leva a uma dominação da lógica de troca. Portanto, muitas vezes, essa interface deve ser proposta ou imposta por uma autoridade reguladora, por exemplo, o Estado, mediante dispositivos jurídicos (constituição, leis) ou políticos: as políticas públicas e os seus instrumentos.

Articulação de sistemas e políticas de regulação

Esta temática abre um novo campo de pesquisa e de aplicação na área das políticas públicas. Trata-se, em particular, das políticas de regulação (meio ambiente, comércio, gestão fundiária), de tributação (legislação tributária e distribuição de recursos, transferência de renda, renda de cidadania) e das políticas de investimento: equipamentos públicos, manejo das infraestruturas comuns.

De fato, certos desses dispositivos de interface apresentam limites ou entraves para serem sempre eficientes. As interfaces de sistemas

baseadas apenas nas regras das comunidades de reciprocidade sofrem da falta de existência legal ou jurídica, ao exemplo da ausência de estatuto da comunidade rural no Brasil, mas também dos dispositivos de uso da terra (faxinais, fundos de pasto, práticas de meia e de arrendamento) (SAUBORIN *et al*, 2005). As legislações nacionais e, em particular, as constituições carecem de dispositivos de aplicação (decretos ou regulamentação) ou de controle e de fiscalização (SAUBORIN, 2009). Nesse contexto, o papel das políticas públicas como instrumentos de interface, ou de articulação entre os dois sistemas (troca e reciprocidade), tornou-se essencial.

Considero, em particular, as políticas de regulação do comércio no Brasil. Por exemplo, será interessante acompanhar a aplicação e a evolução do Sistema nacional de comércio justo e solidário nesse país (SENAES, 2008), em particular, em comparação com a dinâmica construída em torno do Programa de Aquisição de Alimentos (DELGADO *et al*, 2007, CHMIELEWSKA e SOUZA, 2010). Uma das dificuldades das políticas de economia solidária tendo a ver com as suas bases teóricas, é precisamente a questão da articulação entre o empreendimento econômico solidário, cuja regulação é dominada pela lógica de reciprocidade (solidariedade, partilha entre os trabalhadores), e o mercado capitalista, regulado pela lógica da troca (concorrência para a acumulação privada).

As políticas de desenvolvimento territorial

As recentes abordagens territorializadas das políticas públicas ambientais (preservação dos recursos naturais) e de desenvolvimento rural regional repousam na ação pública, quer

dizer nas interações entre a ação coletiva da sociedade civil organizada e os poderes públicos (MDA, 2005; TONNEAU e SABOURIN, 2007; SCHNEIDER *et al*, 2003). Temos agora a possibilidade de analisar essas interações humanas não apenas pelo princípio da racionalidade e do interesse do ator, mas pelo enfoque da reciprocidade (SAUBORIN, 2009 e 2011).

As análises dessas políticas no caso do Brasil mostram seis principais tipos de limites:

- Uma participação da sociedade civil contrariada pelas relações de reciprocidade assimétrica: existe uma avaliação insuficiente das consequências da assimetria de estatuto, de poder e de capacidades entre as organizações de agricultores familiares e camponeses de um lado, e o setor privado e poderes públicos pelo outro lado (ÁVILA *et al*, 2010 ; DUARTE *et al*, 2009);
- Uma coordenação atropelada pela confusão entre reciprocidade horizontal (planejamento ascendente com definição e elaboração de projetos locais pela base) e reciprocidade vertical (decisão autoritária e descendente por parte do Estado central);
- Uma confusão entre reciprocidade simétrica, reciprocidade centralizada e redistribuição pública, quer dizer entre descentralização (transferência de responsabilidade e recursos para o nível local), desconcentração do Estado (organização da dimensão intermunicipal) e territorialização de uma política pública universal (energia elétrica, telefonia rural ou inclusão digital) (SAUBORIN, 2009);
- Uma confusão entre lógica de reciprocidade (partilha e face a face) na consulta pública por meio dos conselhos ou espaços de discussão de projetos e uma lógica de troca na repartição e negociação dos recursos mediante os filtros da administração federal;

- A irresponsabilidade populista de confiar a avaliação pública dos programas aos próprios membros da sociedade civil, em nome da gestão social participativa (MASSADIER *et al*, 2010);
- Uma dificuldade em identificar os projetos de natureza territorial (recursos e objetivos compartilhados) a partir das iniciativas locais, por conta de uma leitura do desenvolvimento pela única lente da troca mercantil (SAUBORIN e RODRIGUES, 2009).

As políticas ambientais e de desenvolvimentos sustentável

Os trabalhos comparativos sobre a multifuncionalidade da agricultura e dos territórios rurais constituem, entre outros, um bom exemplo da contribuição da teoria da reciprocidade para tratar da produção do bem comum, seja através dos bens públicos ou dos recursos comuns.

Quanto às políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável, temos aqui o tema do uso, da gestão e preservação responsável e sustentável dos recursos, como base essencial das relações de reciprocidade entre homem e natureza. Infelizmente a ecologia política ainda carece de teoria própria ou de teoria alternativa ao capitalismo (desenvolvimento da troca mercantil) (SAUBORIN, 2010a).

O fato de que os movimentos de ecologia política encontrem dificuldades no momento de passar a ação, de governar, em boa parte por carecer de teoria própria, deveria incitar seus pensadores a fundar suas propostas - não capitalista, anticapitalista, pós-capitalista - sobre alternativas teóricas mais apropriadas.

3. ENSINAMENTOS E PERSPECTIVAS

3.1. RECIPROCIDADE E ALTERNATIVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Quando o sistema de troca é dominante, como no Brasil, a interface pode ser instituída pelo Estado através da legislação, por exemplo, no caso das leis de regulação fundiária ou dos recursos naturais (terras, água, florestas, pastos). O Estado ou as coletividades territoriais podem também elaborar políticas ou dispositivos públicos, assegurando esse tipo de interface por meio de diversos mecanismos de regulação (SAUBORIN, 2009).

Mostrei o interesse do reconhecimento e do apoio público às estruturas e dispositivos locais dos atores rurais que asseguram a gestão ou a produção de bens comuns ou públicos na base de relações de reciprocidade. É o caso do manejo de terras e equipamentos coletivos, dos recursos comuns (água, florestas, biodiversidade) e dos bens públicos locais: informação, inovação, educação, patrimônios culturais e ecológicos, saberes locais e indígenas, etc (SAUBORIN, 2007 e 2008; SABOURIN *et al*, 2005).

Ao nível internacional, tais políticas de interface entre sistemas de troca e de reciprocidade correspondem ao espírito dos acordos comerciais preferenciais ou compensatórios, assim como aos programas de comércio justo (SENAES, 2008; SABOURIN, 2009).

A qualificação e a certificação dos produtos oferecem um exemplo de dispositivo coletivo que pode criar uma fronteira de sistema ou uma territorialidade de reciprocidade, protegendo certos produtos locais ou regionais da concorrência da troca capitalista (TEMPLE, 2003; SABOURIN, 2009).

A política de qualificação, em si, limita

os efeitos de concorrência e de especulação da troca capitalista e pode contribuir para a construção de territórios de reciprocidade. Quando o nome do produtor está em jogo, são as relações de reciprocidade que geram os valores de reputação, de honra e de responsabilidade. São geralmente esses valores que garantem a legitimidade e a autoridade do processo de certificação das normas de qualidade e de procedência. As empresas capitalistas identificaram esses valores para transformá-los em serviço mercantil de verificação. Mas, de fato, para produtos agroalimentares, a sanção é primeiro a do consumidor e a garantia de qualidade é, muitas vezes, inerente ao processo de produção.

No Brasil, existem, portanto, cada vez mais, iniciativas de implantação de sistemas de co-certificação ou de certificação de grupos ou chamada participativa entre produtores e consumidores (MEDAETS e MEDEIROS, 2004).

Tais instrumentos oferecem uma alternativa em termos de estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Eles são particularmente adaptados para as políticas valorizando a multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais, os serviços ambientais e os atributos específicos dos territórios (CAZZELA *et al*, 2009).

De fato, em termos de política pública, facilitar ou garantir o funcionamento, a reprodução, ou mesmo a modernização dos dispositivos coletivos dos agricultores, manejando recursos comuns ou produzindo bens públicos locais, apresenta várias vantagens mútuas.

Para o Estado, trata-se de uma verdadeira oportunidade de delegação de serviços mediante uma política pública formalizada. Para as organizações rurais e camponesas, esse apoio é bem vindo, pois reforça suas iniciativas e sua capacidade de ação autônoma.

Tal política remete ao conjunto das me-

didias de reconhecimento (jurídico, político, territorial) e de apoio (técnico, pedagógico, organizacional, institucional ou econômico) visando garantir o reconhecimento, o funcionamento e a gestão desses dispositivos.

Essas prestações são assumidas pelos agricultores por necessidade; entretanto, além do apoio à produção, elas garantem outras funções de interesse coletivo: preservação da floresta, da biodiversidade, das águas, etc.

Podemos medir o quanto pesquisas nesse campo abrem novas perspectivas capazes de propor estratégias concretas de desenvolvimento realmente sustentável, de eco ou etno-desenvolvimento, baseadas nos saberes e práticas locais. Aplicações nesse campo permitiriam negociar alternativas viáveis em matéria de proteção das produções regionais ou nacionais ou de direitos em produzir.

3.2. NOVAS QUESTÕES DE PESQUISAS E PERSPECTIVAS

Um primeiro tema a aprofundar seria aquele dos instrumentos de políticas públicas de desenvolvimento rural e territorial em torno dos dispositivos de gestão de bens comuns e de produção de bens públicos. Trata-se de examinar o quadro do reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e dos territórios rurais para implantar estratégias operacionais baseadas na valorização das relações e estruturas de reciprocidade.

Um dos objetos de estudo se refere aos serviços ecológicos ou ambientais e suas modalidades de negociação (condicionada, contratual, incondicional), de remuneração (individual, coletiva ou institucional,...) e de avaliação. Primeiro, tais instrumentos não têm mostrado ainda viabilidade econômica e política. Segun-

do, levam a uma forma de mercantilização da natureza e à destruição das práticas de reciprocidade.

Mas, para oferecer alternativas aos usuários (agricultores, pescadores, extrativistas, etc) como aos governos, tal avaliação crítica deve ser acompanhada de uma identificação e experimentação de outros tipos de propostas. Tratar-se-ia, por exemplo, de examinar as políticas compensatórias, os instrumentos de tributação, os subsídios condicionados ou ainda o respeito dos dispositivos jurídicos de preservação de recursos naturais como condição de acesso aos benefícios das políticas públicas: financiamento, crédito, assistência técnica, capacitação, como é o caso no Estado do Para no Brasil (SAUBORIN e POCCARD, 2010).

Outro objeto corresponde aos dispositivos coletivos ou institucionais de agricultores assegurando funções de manejo de recursos comuns (bancos de sementes, reservas extrativistas, terras de floresta ou de pastagens) e de produção de bens públicos locais como informação, inovações, capacitação: grupos de agricultores-experimentadores, Escolas familiares rurais, Universidades populares ou camponesas, feiras agro-ecológicas, mercados de proximidade associativos (SAUBORIN, 2010b).

Uma segunda entrada temática seria a *das dinâmicas sociais dentro dos espaços de negociação das políticas públicas* e da ação pública (estados, governos, conselhos, fóruns, redes, etc), e, em particular, a expressão e as consequências das formas de alienação das relações de reciprocidade (paternalismo, clientelismo, populismo). A questão da análise das modalidades e formas de alienações, próprias aos sistemas de reciprocidade, parece prioritária para avançar no esforço do desvendamento dessas relações, mas igualmente na perspectiva

de uma análise da naturalização do sistema de troca e de sua crítica específica.

Trata-se, por um lado, de caracterizar as relações de reciprocidade simétricas (ajuda mútua, solidariedade, cooperação, partilha) e seus impactos em termos de qualidade, durabilidade das dinâmicas sociopolíticas, das decisões e dos projetos concretos. Em contrapartida, é necessário identificar as relações assimétricas mediante os processos de redistribuição ou de desvio de informações e de recursos, as redes sociais específicas ou os espaços de decisão paralelos, suas motivações e seus impactos em termos de dinâmicas locais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: CRÍTICA DA ALIENAÇÃO E RECIPROCIDADE

Um potencial de contribuição importante para a análise das políticas públicas e da ação do Estado reside na questão da identificação das formas de alienação específicas às lógicas de reciprocidade. É um aspecto que não está sendo tratado pela teoria da dádiva.

A dupla leitura dos princípios econômicos (reciprocidade e troca ou dádiva e mercado) deve ser completada por uma dupla leitura das suas formas de alienação. No caso contrário, não existe possibilidade de crítica e de correção.

Frente ao desenvolvimento do clientelismo e do populismo na América latina, precisa-se dessa dupla análise para sair do impasse da crítica pela única razão da lógica ocidental.

Além do mais, deve se evitar uma idealização das práticas e dos sistemas de reciprocidade. Assim como a troca capitalista, eles conhecem alienações perigosas. No entanto, essas alienações são de natureza diferente daquelas

da economia de troca (a exploração capitalista). Por outra parte, foram pouco estudadas e, então, criticadas, salvo raras exceções (GEFFRAY, 2007). Em primeiro lugar, é necessário estabelecer a crítica dessas formas de alienação. Se os perigos ligados à centralização da redistribuição ou à assimetria da reciprocidade (dádiva agonística, paternalismo, clientelismo, etc.) são conhecidos e fazem objeto de estudos, como no caso do Brasil (LANNA, 1995), necessitam ainda ser sistematizados e analisados a partir da perspectiva da teoria da reciprocidade (SAUBORIN, 2009, 2011b e c).

De fato, a crítica da exploração capitalista é inoperante em face desse tipo de alienação específica dos sistemas de reciprocidade ou dos sistemas mistos (SAUBORIN, 2008a). Essas situações são particularmente graves nos países do sul onde coexistem os dois sistemas. Pois, na falta de crítica adaptada, entra-se no círculo vicioso da conjunção das alienações dos dois sistemas: exploração capitalista e opressão paternalista, como identificado no Brasil (SAUBORIN, 2008b). Outras formas de alienação dos sistemas de reciprocidade ligadas à fixação dos estatutos (classes e castas) ou de fechamento da reciprocidade dentro de imaginários totalitários (religiosos, ideológicos ou racistas) ganhariam também se reconsiderados sob o ângulo da teoria da reciprocidade.

Finalmente, e homenageando, no caso do Brasil, Antonio Candido (1947), Florestan Fernandes (1960), José de Souza Martins (1981) e Maria de Nazareth Wanderley (2009), resta a falar da figura do camponês na política. Temos no Brasil, casos típicos de relação de reciprocidade assimétrica de dependência entre os camponeses e a oligarquia ou as elites locais. No entanto, em nome dos valores humanos de justiça, de equidade e de respeito pela palavra

dada (confiança, honra e responsabilidade), como o mostraram Thompson (1971), Scott (1976, 1986) e Hyden (1980, 1987), os camponeses são capazes de resistência, e de revoltas violentas e terríveis contra a opressão paternalista como contra a exploração capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSPACH M. *A charge de revanche*. Figures de la réciprocité. Paris: Seuil, 2002.

AVILA, M.; SABOURIN E., MASSARDIER, G.; DUARTE L., *Redes e poder na política de desenvolvimento territorial brasileira: a paradoxal contribuição da assistência técnica*, 4º Encontro da Rede Rural, Curitiba, julho de 2010.

BÉGUIN P ; DEDIEU B ; SABOURIN E (dir.). *Le travail en agriculture : son organisation, et ses valeurs face à l'innovation*. Paris, L'Harmattan, 2011, 301p

BOURDIEU P. *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris : Le seuil. 1994.

CAILLE A. *Don, intérêt et désintéressement*. Bourdieu, Mauss, Platon et quelques autres, Paris : La découverte, 1994. 340p

CAILLE A. *Anthropologie du don :Le tiers paradigme* Paris, Desclée de Brouwer, 2001.

CÂNDIDO A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Livraria Duas Cidades. [1947] 1977.

CASTEL O. *La réciprocité : principe de comportement économique en conflit/coopération*

- avec le profit et la redistribution, in *Colloque L'économie au service de la société*, Dakar, PE-KEA & CODESRIA, 2006, 13p
- CAZELLA A, BONNAL P, MALUF RS. *Agricultura familiar: Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*, Rio de Janeiro: Mauad Ed. Nead, 2009, 301p
- CHABAL M Echange et réciprocité, 1996. <http://mireille.chabal.free.fr/echange.htm> Acesso 3/5/1998.
- CHABAL M., Les formes de réciprocité positive, négative, symétrique. Conférence in *Cauris 2006*. <http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html> Acesso 20/05/2006
- CHMIELEWSKA D ; SOUZA D. *Market Alternatives for Smallholder Farmers in Food Security Initiatives: Lessons from the Brazilian Food Acquisition Programme*, Brasília, SAE/PNUD , IPC-IC, Working Paper # 64. June 2010.
- DELGADO, G. C.; JUNIA C.; JADER J.O., Relatório de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, nº 0, 2007:18-39
- DUARTE L, SABOURIN E, ÁVILA M, MASSARDIER G. Participação dos atores sociais e territorialização do desenvolvimento rural no Brasil, *XIV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, Recife, 2009*
- FERNANDES F. *Mudanças Sociais no Brasil* , São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960
- GEFFRAY C. A opressão paternalista: *Cordialidade e brutalidade no cotidiano brasileiro*, Rio de Janeiro : Educam-Editora universitária Candido Mendes, 2007, 230 p.
- GODBOUT T. J *Le don, la dette et l'identité*, Paris : La Découverte/MAUSS, 2000.
- GODOI, E P, Reciprocidade e circulação de crianças entre camponeses do Sertão, in GODOI, E.P; MENEZES, M.A & MARIN, R A (orgs), *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias*. Vol II Estratégias de reprodução social São Paulo, Ed.UNESP, Nead, 2009, pp 289-302.
- HYDEN G. *Beyond Ujamaa in Tanzania : Underdevelopment and Uncaptured Peasantry*, Heinemann, Londres,1980.
- HYDEN G. The Theory of Reciprocity and Governance in Africa. in *Conference on "Advances in Comparative Institutional Analysis"*, October 19-23, 1987. Dubrovnik, Yugoslavia
- LANNA, M. *A dívida divina. Troca e Patronagem no Nordeste Brasileiro*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995. 249p.
- LAVILLE J L (dir) *L'économie solidaire: une perspective internationale*, Paris : Desclée de Brouwer, 2000, 343p.
- LEVI-STRAUSS C. *Les structures élémentaires de la parenté*, La Haye, Mouton,[1949] 1967
- LUPASCO S. Le principe d'antagonisme et la logique de l'énergie. Paris, Herman,1951.
- MARTINS P H (org) *A dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*, Petrópolis: Editora Vozes, 2002,

205p.

MARTINS PH ; NUNES FERREIRA B(org), *A Nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004, 241p.

MARTINS PH ; CAMPOS R B (Org) *Polifonia do Dom*. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2006. 332 p.

MARTINS. J.de S., *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981,186p.

MASSARDIER G, BONNAL P, SABOURIN E. Les politiques territoriales au Brésil: expérimentations, hybridations et limites in : *Les premières rencontres franco-brésiliennes en sciences humaines et sociales* 3-5 /11/2010, São Paulo, - s.l. : s.n., 2010

MEDAETS J. P. ; MEDEIROS J. X. A Ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: Análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede. In XLII Congresso da SOBER, 2004. 15p

MAUSS, M . *Ensaio sobre a Dádiva*, In: *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: Cosac e Naify, [1924] 2003

MENEZES, M A deA reciprocidade e a economia moral; repensando o campesinato, in MARTINS. P H & CAMPOS B C, *Polifonia do Dom*, Recife: Ed. Ufpe, 2006. p 209-234

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais*. MDA -

Brasília, Brasil, 2005.

OLIVEIRA LIMA, M de S, DUQUE G. Reciprocidade e sociabilidade no Cariri Paraibano, XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, Olin-da, 2004, 20p.

PLOEG J D V der *The New peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of Empire and Globalization* London: Sterling, Earthscan, 2008. 356p.

POLANYI Karl, *La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*, Paris : Gallimard, [1944] 1983, 420p.

POLANYI K, ARENSBERG C (dir) *Trade and Market in the Early empires. Economics in History and Theory*, New York: The Free Press. 1957

RADOMSKY G. F W, SCHNEIDER, S. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. *Sociedade e Estado*, nº22, 2007, pp 249-284

SABOURIN E, Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. *Raízes, Revista de Ciências Sociais*, nº20, 1999: 56-64, C Grande

SABOURIN E, Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas, *Tomo, Revista de Ciências Sociais* v 7, 2004 (7) : 75-104, Aracaju.

SABOURIN E; DUQUE G, DINIZ, PC, OLIVEIRA L M do S, FLORENTINO L Re-conhecimento público dos atores coletivos da

- agricultura familiar no Nordeste. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, 22, 2005: 293-307, Brasília
- SABOURIN E, Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos in SCHNEIDER S (org.) *A diversidade agricultura familiar*, UFRGS, Porto Alegre, 2006, pp 108 -132
- SABOURIN E, Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?. *Sociedade e Estado.*, set./dez. 2007, vol.22, n°3, p.715-751, Brasília.
- SABOURIN E. Oppression paternaliste et exploitation capitaliste au Brésil in *Lusotopie*, n° 15, vol 2, 2008, pp 231-234 Bordeaux
- SABOURIN E, *Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009
- SABOURIN E. Multifuncionalidade e relações não mercantis: manejo de recursos naturais no Nordeste. *Cadernos do CRH*, v 23, N° 58, jan/abr 2010, pp 5-18, Salvador 2010a.
- SABOURIN E. Dispositivos coletivos de apoio a produção e dinâmicas territoriais, *Raízes, Revista de Ciências Sociais*, n°28 vol 1-2, n°29 vol 1.: 2010b, 154-165, Campina Grande
- SABOURIN E. *Organizações e sociedades camponesas, uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, Série Estudos Rurais, 2011a. 302p.
- SABOURIN, E. Neo-patrimonialismo e populismo: uma leitura pela reciprocidade, *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol.5, no 1/ 2011b, p1-15
- SABOURIN, E. Paternalismo e clientelismo como efeitos da conjunção entre opressão paternalista e exploração capitalista, *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 19, n°1/2011c, pp 5-29, Rio de Janeiro
- SABOURIN E , POCCARD R. *Inovações rurais, coordenação dos agricultores e apoio das políticas públicas na Transamazônica : os instrumentos de eco-condicionalidade*, Montpellier, Belém, Cirad, Embrapa. 2010, 8p.
- SABOURIN E; RODRIGUES J.A. Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no Território Portal da Amazônia-MT, in *Desenvolvimento Territorial, Diretrizes para a região da BR 163, Volume 2 . Projeto Diálogos* (Ed) Brasília, WWF, Cirad, ICV, Ipam, CDS, UE, 2009. pp 45-81
- SCHNEIDER S.; SILVA, M K; MORUZZI M P E. *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 252p Série Estudos Rurais..
- SCOTT J. Everyday forms of peasant resistance. *Journal of Peasant Studies*, Vol. 13, No. 2 : 1986. 5-35
- SCOTT J, *The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven and London, Yale University Press. 1976.
- SENAES, *Sistema Nacional de Comercio Justo e solidário*, 2008 http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_organizacao_sistema.asp

TEMPLE D ; CHABAL M., *La réciprocité ou la naissance des valeurs humaine*, Paris : l'Harmattan, 1995, 263p.

TEMPLE D, L'économie humaine *Revue du MAUSS* n°10, (1) 1997:103-109, Paris

TEMPLE D. Les structures élémentaires de la réciprocité *Revue du MAUSS* n°12, (2) 1998: 234-242, Paris.

TEMPLE D., *Teoría de la Reciprocidad*. La Paz : PADEP/ GTZ, 2003, 3 Tomos

TEMPLE D. *Ideología marxista y teoría moderna de la reciprocidad : Crítica de las tesis de Álvaro García Linera*, 2010, 147 p. <http://www.politicaparabolivia.com/?p=163>

THOMPSON, E. P., *The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century*, *Past and Present* 50, n°. Feb., 1971, trad. en français "L'économie morale de la foule dans l'Angleterre du XVIIIe siècle", in F. Gauthier, G.R. Ikni éd., *La Guerre du blé au XVIIIe siècle*, Paris, Ed. de la Passion, 1988 pp. 31-92.

TONNEAU, J.P.; SABOURIN. E. *Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, Serie Estudos Rurais, 2007, 327p

WANDERLEY M N B, *Um percurso na sociologia rural: textos escolhidos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Serie Estudos Rurais. 2009. 200p.